

EDIÇÃO PEDAGÓGICA



Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Estado do Paraná

Ano XXXII - Edição Especial

ESPERANÇAR POR UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA

Esperançar é se levantar, ir atrás, organizar a luta e jamais desistir de construir a escola dos nossos sonhos, pública e democrática.

PÁG.
2

Editorial

PÁG.
3

A fantástica fábrica
de resultados

CON
TRA
CAPA

Redes municipais:
unidas pelo Fundeb

Acesse esta edição
pelo seu celular:



EDITORIAL

Das lutas que virão



Foto: Comunicação APP

O ano que se inicia será desafiador para o futuro da escola pública e o modelo de educação que construímos em décadas de luta, trabalho e sonhos compartilhados. Esse tempo exige coragem e assumir posição; unir a categoria em torno dos ideais que nos movem, dizer basta ao projeto político que nos governa e esperançar um amanhã melhor, pleno de direitos e justiça social.

Como as páginas desta Edição Pedagógica demonstram, não será uma tarefa fácil. No estado e no país, a educação está sob ataque. No Brasil, o governo federal tenta novamente zerar o reajuste do Piso Nacional, empilha cortes no orçamento da educação e avança na sua cruzada negacionista contra a ciência, a razão, a vida e os valores humanitários. Este é um caminho impossível para quem sonha com um futuro mais justo, democrático e solidário.

No Paraná, Ratinho e Feder conduzem um projeto de educação para a desigualdade, articulando tutela e vigilância, militarização, recompensa por metas, ofensiva empresarial, sucateamento da carreira, retirada de direitos, terceirização, controle curricular e formação deficitária. Um projeto gestado para transformar jovens em massa de trabalho acrítica, pronta para servir aos interesses empre-

sariais de um mercado cada vez mais precarizado, que obriga trabalhadores(as) a se tornarem empreendedores(as) de si mesmos(as).

Essas são políticas que ignoram as necessidades das comunidades escolares, atropelam a gestão democrática, comprometem a qualidade do ensino e fomentam a divisão da categoria e a competição entre colegas. Creem que, com os sucessivos ataques, estão nos empurrando para o imobilismo e a desesperança. Mas ignoram uma das mais valiosas lições destes quase 75 anos de história da APP-Sindicato: a luta sempre vale a pena.

Demonstramos, mesmo com as dificuldades do período e diante de um governo que se nega a dialogar, a verdade deste fato no final de 2021, quando encontramos forças para realizar uma greve de três dias e evitar a destruição do Plano de Carreira dos(as) professores(as) e o sacrifício de funcionários(as) de escola, que perderiam direitos sem qualquer compensação.

No entanto, é preciso ir além; sair da defensiva e voltar a mostrar a força desta categoria que já protagonizou tantos episódios históricos. Nas escolas, é urgente resgatar a primazia da gestão democrática e exercer a autonomia para construir projetos político-pedagógicos que contemplam as reais ne-

cessidades da comunidade escolar e não deixem os(as) trabalhadores(as) da educação para trás. Na sociedade, a escola pública que defendemos dependerá de restabelecer, pelo poder do voto, governantes e legisladores(as) comprometidos(as) com esta mesma escola como também com a democracia, o bem-estar social, a ciência e a cultura.

Para tanto, precisamos insistir na unidade, na organização e consciência de classe. E isso não se dará de forma automática. Será necessário dialogar intensamente com a base e sensibilizar colegas, estudantes, mães e pais. Será preciso denunciar a injustiça, mostrar as consequências do descaso e da irracionalidade de quem sacrifica o futuro do Paraná e do Brasil. Será preciso redobrar as forças e as esperanças, anunciando a possibilidade de dias melhores. "Como programa", escreveu Paulo Freire, "a desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo onde não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo". Por isso lutamos, também no sentido freiriano, "com raiva, com amor, sem o que não há esperança". Esperançar é um imperativo existencial e histórico. Esperancemos, pois! O amanhã está em nossas mãos.

Direção Estadual da APP-Sindicato

A fantástica fábrica de resultados

Depois de quase quatro anos da gestão Ratinho Jr e do empresário Renato Feder, é possível um panorama do projeto educacional implantado paulatinamente na rede estadual e dos desafios que se apresentam para a defesa da escola pública.

RACIONALIDADE NEOLIBERAL

As políticas adotadas visam, sobretudo, adequar a escola à lógica neoliberal. A escola responde como um aparelho ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1974)¹ e, na medida em que o Estado se alinha às políticas neoliberais e às demandas do mercado, a escola também se alinha, constituindo-se em um instrumento deste mercado.

Não basta ao mercado apenas gerir o orçamento da educação. Tão importante quanto é a inserção da racionalidade neoliberal entre os sujeitos da escola, fomentando uma visão de mundo adepta desta racionalidade. Nesta concepção, que denominamos escola-empresa, tudo se resume a concorrência, meritocracia e disputa.

MATERIAIS PARA AMPLIAR A LEITURA

#EdiçõesPedagógicas



#Terceirização



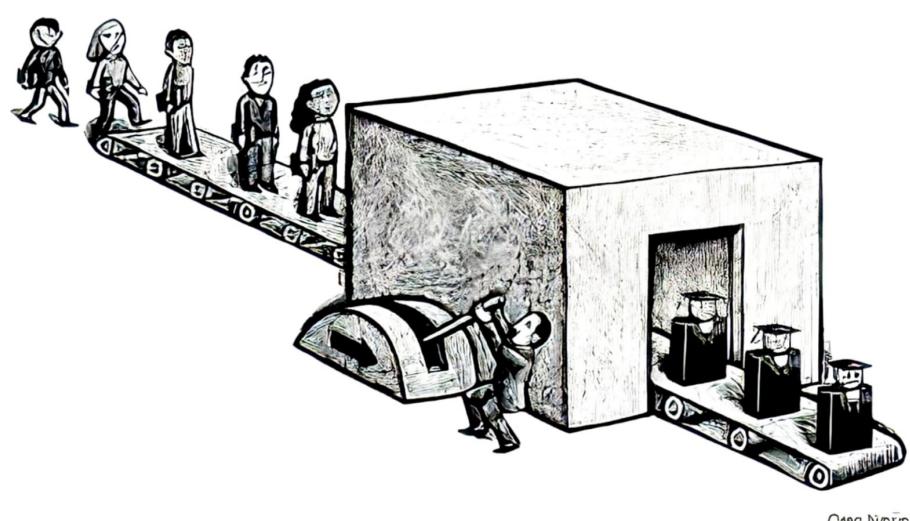
#Militarização



#OfensivaEmpresarial



#NovoEnsinoMédio



Oleg Niemiro II

A CULTURA DE DESEMPENHO

A Prova Paraná é o instrumento central para treinar e alienar os sujeitos da escola. A disputa constante busca disciplinar os indivíduos a assimilar uma cultura de auto-responsabilização e produção de resultados sem limites, levando à exaustão e à frustração diante da escassez de recursos e da valorização apenas dos(as) poucos(as) alçados(as) à condição de vencedores(as). Tudo em detrimento da função social da escola, da efetiva aprendizagem e da educação de qualidade socialmente referenciada.

VIGILÂNCIA E PUNIÇÃO

Aparelhos de Estado funcionam simultaneamente de forma ideológica e repressiva. Assim se conectam o ideal

do 1º lugar no IDEB, a Prova Paraná, o planilhamento de toda vida escolar e os instrumentos de vigilância e punição. A Seed/Empresa lança mão da tutoria para impor a racionalidade neoliberal à organização das escolas, militariza boa parte delas e intervém na autonomia das demais e em diferentes instâncias de representação, como o Conselho Estadual de Educação.

UM PROJETO HOSTIL À ESCOLA PÚBLICA E AOS(AS) TRABALHADORES(AS)

O projeto empresarial do governo Ratinho ataca principalmente o Ensino Médio e suas modalidades, como a EJA e a Educação Profissional. É um ataque que se dá pela desconstrução do currículo crítico, com base nas diretrizes nacionais, pela instituição da

padronização curricular fundamentada no ideal neoliberal.

Ao ataque pedagógico se soma a ofensiva aos trabalhadores(as) da educação: desvalorização, fragmentação, terceirização dos(as) funcionários(as), contratação precária pelo PSS, falta de concurso público e desconfiguração da carreira. A Seed/Empresa constitui-se em um grande balcão de negócios de loteamento da rede pública às empresas.

NOSSA TAREFA SERÁ BARRAR O PROJETO NEOLIBERAL E RECONSTRUIR A ESCOLA PÚBLICA

A fantástica fábrica de resultados, projeto ideológico do governo Ratinho Jr, ao melhor estilo Willy Wonka, é sobretudo autoritária, fundada no individualismo, na produção alienada e na exploração da liberdade como mecanismo de dominação e controle. Não é possível seguir com esse projeto que causará danos ao conjunto da comunidade escolar e à sociedade.

A escola que defendemos e que teremos a tarefa de reconstruir se fundamenta na autonomia, democracia, justiça social e organização coletiva para a formação humanizadora de toda sociedade.

¹ ALTHUSSER, Louis. Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa: Editorial Presença e São Paulo: Martins Fontes, 1974.

LIVROS SUGERIDOS



Pedagogia da Esperança
Paulo Freire



Sociedade do Cansaço
Byung-Chul Han



Contra a Miséria Neoliberal
Rubens Casara



A Reforma Empresarial da Educação - Nova direita, velhas ideias
Luiz Carlos de Freitas



A Escola não é uma Empresa
Christian Laval

Redes municipais: unidas pelo Fundeb e contra o golpe no piso salarial!

Por Márcia Aparecida de Oliveira Neves
Secretária Estadual de Assuntos Municipais

2021 não deixará saudades! Em um ano marcado pelo [golpe na correção do piso do Magistério](#), quando o reajuste foi de 0%, educadores(as) das redes municipais se desdobraram entre trabalho, cuidados com a pandemia e a regulamentação da [nova lei do FUNDEB](#), aprovada em 25 de dezembro de 2020 (Lei 14.113/2020) e que, em pouco mais de um ano, já foi alterada pela lei 14.276/2021.

A aprovação da Lei não garante o pagamento do Piso na prática. Sua concretização dependerá, novamente, de muita luta e vigilância. Já tivemos uma mostra disso na recente alteração da lei de 2020 (Lei 14276/2021), que foi alvo de disputa do setor privado e mercadológico da educação, que possui ampla representação na Câmara e no Senado.

A alteração trouxe prejuízos imensuráveis, permitindo que empresas privadas possam captar recursos, in-

cluindo mais profissionais a serem pagos com a cota prevista para a remuneração dos(as) trabalhadores(as) públicos (70%) e possibilitando as terceirizações e os repasses de recursos às instituições de educação profissional do chamado "Sistema S" (Senai, Sesi, Senac, Sesc...). Este ataque distorce a construção histórica dos conceitos de valorização dos(as) profissionais da educação pública. Com mais gente debaixo do guarda-chuva, o risco de ficar descoberto é maior.

Além disso, houve sobras de recursos em 2021. Exigimos, orientados pela CNTE, o pagamento imediato destas sobras, bem como o reajuste do Piso do Magistério, que precisa ser executado, no máximo, até 30 de abril, sob pena das gestões públicas responderem administrativa, civil e penalmente por descumprimento de norma constitucional.

Romper com a neutralidade política é imperativo

Agora, 2022 começa com nota extraoficial do MEC pela revogação

parcial da Lei do Piso Nacional, especialmente em relação ao artigo que define o critério de atualização anual. Pela interpretação do MEC, o reajuste será novamente nulo (0%) em 2022. Toda nossa vida profissional e a qualidade da educação passaram por discussões na Câmara e no Senado refletidas na aprovação destas leis e suas regulamentações. Agora, o governo federal ataca mais uma vez a educação tentando rebaixar o Piso. Somos contra este golpe e mantemos o entendimento de plena vigência da Lei e a aplicação do reajuste de 33,23% para a correção do piso do magistério.

Em 2022, com as eleições de final de ano, temos a possibilidade concreta de romper com o ciclo de retrocessos e perdas de direitos destes últimos 6 anos. Nossa experiência com a discussão do Fundeb nos mostrou isso. Inúmeras vezes nos mobilizamos para barrar ou atenuar os ataques. Aprendemos na prática que, se a bancada da educação fosse maior, os revéses sofridos poderiam ser menores. As lições aprendidas ficam. Existe

"Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê."
(Paulo Freire)

um projeto de sociedade e ele estará em disputa em outubro deste ano.

A história da humanidade caracteriza-se por uma multiplicidade de sujeitos coletivos, portadores(as) de valores de justiça, de igualdade, de direitos e protagonistas de protestos e lutas.
(Francois Houlart)²

Nós, das Redes Municipais, temos um papel de extrema importância, uma vez que é nos municípios que essa disputa também acontecerá. E dessa vez queremos o protagonismo. Só quem defende nossa pauta merece nosso apoio! Esperançar sabendo quem de fato nos defende!

¹ FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 16. ed. Paz e Terra, 1996.

² HOUTART, François. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, 2007.

EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE. Av. Iguáçu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 2170-2500.
Presidente: Walkiria Olegário Mazeto | **Secretário de Comunicação:** Daniel Nascimento Matoso | **Secretária Executiva de Comunicação:** Cláudia Gruber | **Jornalistas:** Fabiane Burmester (4305-PR), João Paulo Nunes Vieira (11792-PR), Luis Lomba (99.667/92 - RJ), Luiz Damasceno (MTb 14325) e Uanilla Pivetta (8071-PR) | **Diagramação:** Rodrigo Romani | **Edição de vídeos:** Luan Pablo Romero de Souza. **Impressão:** WL Impressões | **Tiragem:** 40.000 exemplares.

Gestão APP Unida e Forte – Em Defesa da Escola Pública (2021-2025): Walkiria Olegário Mazeto [Presidenta], Celso José dos Santos [Secretário Geral], Elio da Silva [Secretário de Finanças], Simone Regina Checchi [Secretária de Administração e Patrimônio], Sidinei Gonçalves de Lima [Secretária de Organização], Maria Adelaide Mazza Correia [Secretária de Aposentados(as)], Márcia Aparecida de Oliveira Neves [Secretária de Assuntos Municipais], Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves [Secretário Executivo de Assuntos Municipais], Vânia do Pilar Santos Bandeira Santana [Secretária Educacional], Nádia Aparecida Brixner [Secretária Executiva Educacional], Sílvia Prestes Rodacoswski [Secretária de Formação Política Sindical e Cultural], Cleiton Costa Denez [Secretário Executivo de Formação Política Sindical e Cultural], Daniel Nascimento Matoso [Secretário de Comunicação], Cláudia Gruber [Secretária Executiva de Comunicação], Ralph Charles Wendpap [Secretário de Sindicalizados(as)], Marlei Fernandes de Carvalho [Secretária de Assuntos Jurídicos], Taís Adams Gramowski [Secretária de Política Sindical], Jussara Aparecida Ribeiro [Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos], Elizabete Eva Almeida Dantas [Secretária de Funcionários(as)], Margleyse Adriana dos Santos [Secretária da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Clau Lopes [Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Celina do Carmo da Silva Wotekozi [Secretária de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo], Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos [Secretária de Saúde e Previdência] e Nilton Aparecido Stein [Secretário Executivo de Saúde e Previdência].